

FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 2.^a CADEIRA
DO
4.^o ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO COMERCIAL

Prof. Dr. Rodolfo Araújo

1 9 4 9

2.^a CADEIRA

DIREITO COMERCIAL

MARÍTIMO, FALÊNCIA E CONCORDATAS

Dr. RODOLFO ARAÚJO

Interino

Primeira Parte

I

- 1 — O comércio marítimo: conceito, história e importância. Influência no desenvolvimento geral da humanidade. Divisões.

I I

- 2 — O Direito Comercial Marítimo: conceito e lugar no Quadro Geral da classificação do Direito.
- 3 — História do Direito Comercial Marítimo, na antiguidade.
- 4 — Os monumentos legislativos na Idade Média e até Colbert.
- 5 — Os monumentos legislativos posteriores a Colbert. O papel da França no movimento codificador do Direito Comercial Marítimo.

I I I

- 6 — O navio e seu conceito. Sua natureza jurídica. Partes e acessórios do navio.
- 7 — O navio e sua construção: a) por economia; b) por contrato.
- 8 — O navio e seu estado civil: individualização e caracterização. A teoria da personalização do navio. Perecimento do navio. Os registros de navios.

I V

- 9 — Abalroamento entre navios: espécies. Estudo de cada uma. Responsabilidades resultantes do abalroamento. Regulamentos e Convenções internacionais.

V

- 10 — Propriedade do navio: generalidades. Modos de direito privado, de transmissão da propriedade do navio. Alienação voluntária e alienação forçada.
- 11 — Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Marítimo.
- 12 — Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Público.
- 13 — Quem pode ser o proprietário de navio brasileiro. Razões.
- 14 — Responsabilidade direta do proprietário de navio.
- 15 — Responsabilidade reflexa do proprietário de navio.

- 16 — Limitação da responsabilidade do proprietário de navio: sistemas.
- 17 — O condomínio de navio. Administração. Transmissão da propriedade de partes do navio.

V I

- 18 — A armação de navio. Espécies de armador. Responsabilidades resultantes da armação.

V I I

- 19 — Representação do navio, fóra de seu domicílio, agentes e consignatários.

V I I I

- 20 — O capitão e a gente da tripulação. Contrato de engajamento: direitos e obrigações resultantes. Poderes do Capitão.

I X

- 21 — Contrato de fretamento. Modalidades ou espécies de fretamento. A carta de partida. Natureza do contrato.

- 22 — Contrato de fretamento: à colheita ou prancha: o conhecimento de carga. Natureza do contrato assim concluído.
- 23 — Emissão e dizeres do conhecimento de carga. Natureza jurídica dêste documento. Modos de sua emissão.
- 24 — Contrato de fretamento: a viagem. Direitos e obrigações das partes, antes, durante e depois da viagem. O frete e seu pagamento.

X

- 25 — Contrato de transporte de passageiros. Natureza jurídica. Direitos e obrigações das partes.

X I

- 26 — O crédito naval: hipoteca de navio. Anticresis e penhor.
- 27 — Créditos privilegiados e quirografários.
- 28 — O contrato de empréstimo e câmbio marítimo: história, desenvolvimento e esplên-

dor. Características próprias dêste contrato. Decadência.

X I I

- 29 — As avarias no Direito atual. Espécies de avarias: grossas ou comuns e simples ou particulares. Necessidade de uma reforma racional.
- 30 — Conceito de cada espécie. Tipos principais de avarias.

X I I I

- 31 — O contrato de seguro marítimo: generalidades. As pessoas, partes no contrato.
- 32 — O contrato: o risco; o prêmio. O instrumento do contrato: a apólice. Resolução do contrato. O sinistro.
- 33 — A ação de seguro. A ação de abandono. O instituto do abandono no direito marítimo.

X I V

- 34 — Salvamento e Assistência, em direito marí-

timo. Diferenciação entre as duas figuras.
Natureza jurídica de cada uma.

- 35 — A Convenção Internacional de Bruxelas, de 1910, arbitramento.

Segunda Parte

X V

- 36 — A falência e suas origens. Sua filiação a institutos do Direito Romano.
- 37 — A falência na Idade Média e nos tempos modernos. Sua caracterização definitiva.

X V I

- 38 — A falência e seus pressupostos. Concepções latina e germânica do instituto. Unidades e multiplicidade da falência.
- 39 — A legislação brasileira falencial, anterior e posterior à independência, até 1889.
- 40 — As reformas de 1890 e de 1902; regimes que estabeleceram.
- 41 — A reforma de 1908: a lei n.º 2.024, de 17 de Dezembro dêsse ano. Sua formação.

Apreciação geral sôbre a sua aplicação, e efeitos desta. A sua reforma parcial, pelo decreto legislativo número 5.746, de 9 de Dezembro de 1929; melhorias introduzidas; defeitos verificados.

41a. — A reforma de 21 de Junho de 1945: dec-lei n. 7.661. Sua formação. Apreciação geral de seu sistema.

X V I I

- 42 — A declaração judicial da falência. Motivos determinantes, ou causas que dão logar a mesma declaração. Juízo competente. Recursos contra a sentença declaratória ou denegatória da falência requerida.
- 43 — Pessoas sujeitas à falência: os comerciantes. Falência dos não comerciantes. Falência das sociedades: efeitos sôbre as pessoas dos sócios.
- 44 — Efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência.
- a) quanto aos direitos dos credores;
 - b) quanto à pessoa do falido;
 - c) quanto aos bens do falido;

- d) quanto aos contratos do falido;
- e) quanto a revogabilidade de atos praticados pelo falido, anteriormente a declaração da falência; ação revocatória.

X V I I I

- 45 — Administração da falência. O Juiz e sua atividade no curso do processo. O Síndico, sua posição jurídica, nomeação, funções, deveres e atribuições. O Falido e o Órgão do Ministério Público.
- 46 — Arrecadação e guarda dos livros, papeis e bens do falido. O sistema brasileiro. Exame dos livros do falido. Continuação dos negócios do falido, durante a sindicância.

X I X

- 47 — Verificação e classificação dos créditos. Impugnação de crédito e seu processo. Credores retardatários: sua habilitação e respectivo processo.
- 48 — Recursos contra a admissão ou exclusão de credores. Revogabilidade da admissão ou classificação de crédito, por meio extraordinário.

X X

- 49 — Realização do ativo e liquidação do passivo. Pagamento dos credores: a) da massa; b) da falência. Extinção das obrigações.

X X I

- 50 — Concordata. História. Conceito e natureza jurídica. Quem a concede. Espécies e modalidades. Requisitos e condições.

- 51 — Embargos ao pedido de concordata. Processo. Fundamentos. Sentença. Efeitos e recurso cabível.

- 52 — Concessão ou indeferimento da concordata. Seus efeitos.

- 53 — Rescisão da concordata. Processo e suas consequências. Cumprimento da concordata e seus efeitos.

X X I I

- 54 — Meios preventivos da declaração da falência: moratória e cessão de bens.

- 55 — Concordata preventiva: sua história, funda-

mento e processo. Fôro competente. Despacho que manda processá-la e seus efeitos. Comissário: — nomeação, deveres, remuneração e destituição.

- 56 — Julgamento do pedido de concordata. Obrigações do concordatário no caso de sua concessão. Efeitos da sentença denegatória.
- 57 — Concordata suspensiva. Condições. Processo. Concessão e seus efeitos. Denegação e prosseguimento da falência.

XXIII

- 58 — Pedido de restituição e embargos de terceiro.

XXIV

- 59 — Sentenças estrangeiras de declaração da falência: sua exequibilidade no Brasil. Exigência de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- 60 — Crimes falimentares. Competência. Inquérito judicial. Processo e reabilitação penal.

Prof. Rodolfo Araújo

Interino





